



Av. Brigadeiro Faria Lima, 4055, São Paulo, SP, Brasil
04538-133

São Paulo, 31 de março de 2023.

Ao
BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA RP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. – DATA BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Prezados senhores:

A RP Sociedade de Crédito Direto S.A. apresenta as Demonstrações Contábeis Individuais para a data-base 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de cumprir as exigências da Resolução BACEN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2 e Instrução Normativa BCB nº 236.

Os documentos contidos nesse arquivo são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas, Relatório da Auditoria Independente e Relatório da Administração, além desta Carta de Apresentação.

A Administração é responsável por estas Demonstrações Contábeis, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e, apresentadas de acordo com a referida estrutura de relatório financeiro, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Gustavo Victorica
BB1D477DCCBD464...

Gustavo Javier Victorica
Diretor Presidente e Diretor Financeiro

DocuSigned by:
Fabio Shibuya
0CC6BE29677D43E...

Fabio Jun Shibuya
Diretor de Crédito

DocuSigned by:
Claudio Fernandes Sales
85AB50027E2A45F...

Claudio Fernandes Sales
Contador
CRC SP-340061/O-2



RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022





Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Relatório da Administração

Em 31 de dezembro de 2022

Senhores acionistas:

A Administração RP Sociedade de Crédito Direto S.A. (“RP SCD” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A RP SCD foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021. De acordo com a Resolução Nº 4.656, de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a RP SCD tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Além desta atividade, também fazem parte do escopo a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, cessão de créditos a fundos de investimentos e securitizadoras; e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas.

Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2021. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A Companhia, iniciou suas atividades operacionais no segundo semestre de 2022, apresentamos abaixo seus principais números:

Patrimônio líquido e resultado

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 3.440.802 milhões (R\$ 1.389.092 milhões em dezembro de 2021). O resultado apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi prejuízo de R\$ 948.290 mil (R\$ 111.377 mil em 31 de dezembro de 2021).

Ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 3.703.484 milhões (R\$ 1.572.145 em dezembro de 2021) e total de passivo no montante de R\$ 262.682 mil (R\$ 183.053 mil em dezembro de 2021).

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
RP Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RP Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RP Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para os semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Leonardo Mesquita Dantas", with a stylized flourish at the end.

Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.169.322	469
Disponibilidades		2.169.322	469
Instrumentos financeiros		1.472.204	1.571.676
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.571.676
Operações de crédito	6	991.974	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7	(235.399)	-
Outros ativos financeiros	12	715.629	-
Ativos fiscais	8a	6.634	-
Outros ativos	9	55.324	-
Total do Ativo		3.703.484	1.572.145
Passivo		31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais	8c	6.384	-
Outras obrigações	10	256.298	183.053
Provisão para pagamentos a efetuar		88.583	-
Valores a pagar a sociedades ligadas		165.188	183.053
Credores diversos no país		2.527	-
Total do Passivo		262.682	183.053
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	4.500.469	1.500.469
Capital social		4.500.469	1.500.469
Prejuízo acumulado		(1.059.667)	(111.377)
Total do Patrimônio Líquido		3.440.802	1.389.092
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.703.484	1.572.145

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do Resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado)

	No ta	2º Semestre 2022	31/12/2022	30/11/2021 a 31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	13	118.757	151.568	-
Receita de operações de crédito		118.757	118.757	-
Resultado de títulos e valores mobiliários		-	32.811	-
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas		118.757	151.568	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7	(235.399)	(235.399)	-
Resultado da intermediação financeira		(116.642)	(83.831)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(855.930)	(864.220)	(111.377)
Rendas por tarifas bancárias		45	45	-
Despesas de pessoal	14	(737.162)	(737.162)	-
Despesas administrativas	15	(108.216)	(108.216)	(111.377)
Despesas tributárias	16	(5.695)	(6.869)	-
Outras receitas operacionais		246	246	-
Outras despesas operacionais	17	(5.148)	(12.264)	-
Resultado operacional		(972.572)	(948.051)	(111.377)
Outras receitas (despesas)		(5)	(239)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(972.577)	(948.290)	(111.377)
Imposto de renda e contribuição social		5.100	-	-
Prejuízo líquido do semestre/exercícios		(967.477)	(948.290)	(111.377)
Número de Ações Integralizadas - mil		2.624.818	2.624.818	2.187.500
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$		(0,37)	(0,36)	(0,05)

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em reais)

	2º Semestre 2022	31/12/2022	30/11/2021 a 31/12/2021
(Prejuízo) líquido do semestre/exercícios	<u>(967.477)</u>	<u>(948.290)</u>	<u>(111.377)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	<u><u>(967.477)</u></u>	<u><u>(948.290)</u></u>	<u><u>(111.377)</u></u>

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em reais)

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo inicial em 30/11/2021	-	-	-
Aporte de Capital	1.500.469	-	1.500.469
Prejuízo líquido do exercício	-	(111.377)	(111.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.500.469</u>	<u>(111.377)</u>	<u>1.389.092</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.500.469</u>	<u>(111.377)</u>	<u>1.389.092</u>
Aumento de capital	3.000.000	-	3.000.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(948.290)	(948.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>4.500.469</u>	<u>(1.059.667)</u>	<u>3.440.802</u>
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>1.500.469</u>	<u>(92.190)</u>	<u>1.408.279</u>
Aumento de capital	3.000.000	-	3.000.000
Prejuízo líquido do semestre	-	(967.477)	(967.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>4.500.469</u>	<u>(1.059.667)</u>	<u>3.440.802</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em reais)

	Nota	2º Semestre 2022	31/12/2022	30/11/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do semestre/exercícios		(967.477)	(948.290)	(111.377)
Ajustes ao resultado		235.399	235.399	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	235.399	235.399	-
 Variações nos Ativos e Passivos		(1.512.348)	(118.256)	(1.388.623)
(Aumento) Redução em Títulos e valores mobiliários	5	-	1.571.676	(1.571.676)
Aumento em Operações de crédito	6	(991.974)	(991.974)	-
Aumento em Outros ativos financeiros	12	(715.629)	(715.629)	-
Aumento em Outros ativos	9	(55.324)	(55.324)	-
(Aumento) Redução em Ativos fiscais	8a e 8b	(1.715)	3.385	-
Aumento em Obrigações fiscais	8d	6.384	6.384	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(388)	(10.019)	-
Aumento em Outras obrigações	10	246.298	73.245	183.053
 Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.244.426)	(831.147)	(1.500.000)
 Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	11	3.000.000	3.000.000	1.500.469
 Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.000.000	3.000.000	1.500.469
 Aumento de Caixa e equivalentes de caixa		755.574	2.168.853	469
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.413.748	469	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		2.169.322	2.169.322	469
Aumento de Caixa e equivalentes de caixa		755.574	2.168.853	469

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

A RP Sociedade de Crédito Direto S.A. ("RP SCD" ou "Companhia") foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4055, 9º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-122, Brasil. De acordo com a Resolução nº 4.656/2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a RP Sociedade de Crédito Direto tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Além desta atividade, também fazem parte do escopo a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, cessão de créditos a fundos de investimentos e securitizadoras; e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas.

Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2021. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

Continuidade operacional: Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD recebeu as autorizações necessárias pelo Banco Central do Brasil para atuar como Sociedade de Crédito Direto. Sua operação no mercado de varejo teve início no segundo semestre de 2022. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da RecargaPay foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 1.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo BACEN.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

Na elaboração das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, foi considerado o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 02/2020 do BACEN, as quais estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, e conforme opção prevista no artigo 23º da Resolução BCB nº 02/2020, a RP SCD optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Administração em 29 de março de 2023.

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

b) Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

Com base em 31 de dezembro de 2022 a RP SCD tem de item significativo sujeito a aplicação de estimativa e premissas a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3. Principais políticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, tanto as receitas como as despesas são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001 do BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Operação de crédito e Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A carteira de crédito é demonstrada pelo seu valor presente, considerando as taxas de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito estão classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração as perdas incorridas observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda). Ainda em cumprimento ao artigo 5º da Res 2.682 e refletindo as operações de crédito individuais da companhia que não ultrapassam o valor de R\$ 50.000, o rating de incobrabilidade inicia em nível em A.

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução nº 2.682/99, a RP SCD constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento de risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

e) Ativos e obrigações fiscais

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi alterada de 15% para 16% no segundo semestre, conforme MP nº 1.115/2022 convertida na Lei nº 14.446/2022, com vigência até 31.12.2022. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros. Os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos contabilmente por não haver diferenças temporárias no exercício fiscal atual.

f) Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. A RecargaPay não possui ativos contingentes de êxito provável;
- Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, é uma obrigação possível, que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ou uma obrigação presente que resulte de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a operação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

g) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas respectivas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.693/2018 e 4.818/2020.

h) Prejuízo por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	2.169.322	469
Total	<u>2.169.322</u>	<u>469</u>

5. Títulos e valores mobiliários

a) Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	31/12/2022		31/12/2021	
	Total	Custo amortizado	Valor de mercado	Acima de 365 dias
Carteira própria	-	1.579.244	1.571.676	1.571.676
Disponível para venda				
Letras do Tesouro Nacional	-	1.579.244	1.571.676	1.571.676
Total	<u>-</u>	<u>1.579.244</u>	<u>1.571.676</u>	<u>1.571.676</u>

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

6. Operações de crédito

a) Diversificação por prazos - por parcela

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas físicas		
Crédito pessoal		
Parcelas vencidas	11.565	-
Até 14 dias	2.552	-
A partir de 15 dias	9.013	-
Parcelas a vencer	980.409	-
A vencer - Até 03 meses	780.731	-
A vencer - De 03 a 06 meses	199.678	-
Total	<u>991.974</u>	<u>-</u>
Circulante	991.974	-

b) Composição da carteira por níveis de risco

		31/12/2022				31/12/2021	
	%	Op. vencidas	Op. a vencer	Total	Provisão	Total	Provisão
D	22,32	-	965.391	965.391	(215.429)	-	-
F	69,99	7.012	15.018	22.030	(15.418)	-	-
G	99,98	4.116	-	4.116	(4.115)	-	-
H	100,00	437	-	437	(437)	-	-
Total		<u>11.565</u>	<u>980.409</u>	<u>991.974</u>	<u>(235.399)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-	-
Constituição	<u>(235.399)</u>	<u>(235.399)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(235.399)</u>	<u>(235.399)</u>	<u>-</u>
Circulante	(235.399)	(235.399)	-

A Companhia iniciou a operacionalização em agosto de 2022, sendo assim ainda não possui valores em prejuízo, renegociados ou recuperados, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

8. Ativos e obrigações fiscais

a) Impostos e contribuições a compensar

O saldo é composto por IRPJ e da CSLL de anos anteriores. São as antecipações dos pagamentos realizadas durante o ano calendário em relação aos valores encontrados no ajuste anual dos tributos e impostos e contribuições a compensar referentes impostos retidos na fonte na prestação de serviço, bem como créditos disponíveis para compensação federal, sem prazo limite.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	3.316	-
Contribuição social	3.316	-
Outros	2	-
Total	<u>6.634</u>	<u>-</u>
Não circulante	6.634	-

b) Créditos tributários não ativados

A RP SCD não atende às condições emanadas no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.842, para registro contábil de ativo fiscal diferido, portanto em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados sobre os quais não foram registrados créditos tributários.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	<u>190.440</u>	<u>27.844</u>
Contribuição social	<u>121.881</u>	<u>16.707</u>
Total	<u>312.321</u>	<u>44.551</u>

c) Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	<u>1.709</u>	<u>-</u>
Impostos sobre Serviços - PIS e COFINS	<u>4.675</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.384</u>	<u>-</u>
Circulante	(6.384)	-

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

d) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	IR	CS	IR	CS
Prejuízo) / Lucro antes dos impostos	(948.290)	(948.290)	(111.377)	(111.377)
<u>Adições:</u>				
Diferenças temporárias - Provisões de despesas	297.908	297.908	-	-
Prejuízo fiscal do exercício	<u>(650.382)</u>	<u>(650.382)</u>	<u>(111.377)</u>	<u>(111.377)</u>
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil para IR e 16% para CSLL	25%	16%	25%	20%
IRPJ e CSLL corrente	-	-	-	-

9. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de sociedade ligadas (nota 12)	34.906	-
Devedores diversos no país (*)	20.418	-
Total	<u>55.324</u>	<u>-</u>
Circulante	55.324	-

(*) Referem-se a contratos de empréstimos liberados ou pagos no último final de semana de dezembro de 2022 e registrados no próximo dia útil.

10. Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar (*)	88.583	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 12)	165.188	183.053
Credores diversos no país	2.527	-
Total	<u>256.298</u>	<u>183.053</u>
Circulante	256.298	183.053

(*) Refere-se substancialmente a provisão de despesas com prestadores de serviços.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 20 de outubro de 2020, autorizada pelo BACEN em 08 de outubro de 2021 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021, com capital social de R\$ 1.500.469 dividido em 218.750 em ações preferenciais e 1.968.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de agosto de 2022, foi aprovado aumento de capital da RP SCD no valor total de R\$ 3.000.000, mediante a emissão de 437.318 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela RecargaPay, em moeda corrente nacional, na data da AGE. O referido aumento está totalmente subscrito e integralizado e foi homologado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022.

Em 22 de novembro de 2022 o então controlador da RP SCD transferiu o total (100%) de suas ações equivalentes a 1.968.750, sendo elas ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 468,90 à RecargaPay, através de contrato de cessão onerosa de transferência de ações, pelo valor de R\$ 468,90 em moeda corrente nacional. A transferência mencionada foi comunicada ao BACEN em 29 de novembro de 2022, sendo que tal reorganização societária está pendente de manifestação pelo regulador.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.500.469 representado por 656.068 ações preferenciais e 1.968.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A distribuição das ações está representada conforme o quadro abaixo:

	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	1.968.750	656.068	2.624.818
Total de ações	1.968.750	656.068	2.624.818
Total em Reais	469	4.500.000	4.500.469
	31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	-	218.750	218.750
Rodrigo Manuel Teixeira	1.968.750	-	1.968.750
Total de ações	1.968.750	218.750	2.187.500
Total em Reais	469	1.500.000	1.500.469

b) Reserva legal

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reserva legal.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Como determinado pelo estatuto social da RP SCD, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não destinou dividendos, em decorrência de prejuízos acumulados.

12. Partes relacionadas

A RP SCD mantém transações em condições específicas com partes relacionadas. Os saldos de operações da Companhia com partes relacionadas são com a controladora RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾				
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	34.906	-	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽²⁾				
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	(165.188)	(183.053)	(1.320)	-
Outros ativos financeiros ⁽³⁾				
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	715.629	-	-	-

⁽¹⁾ Refere-se a valores recebidos por serviços utilizados pelos clientes, por meio do aplicativo da RecargaPay, de direitos da RP SCD, a repassar. A transferência é efetuada em curtíssimo prazo, normalmente em D+1, sem deságio.

⁽²⁾ Refere-se basicamente a custo compartilhado entre empresas do grupo.

⁽³⁾ Refere-se a adiantamento efetuado para a controladora, a fim de suprir os empréstimos realizados pelos clientes através da plataforma RecargaPay.

Os administradores da Companhia também são administradores da controladora RecargaPay, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas.

13. Receitas da intermediação financeira

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	118.757	118.757	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	32.811	-
Total	118.757	151.568	-

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

14. Despesas de pessoal

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Salários	737.162	737.162	-
Total	737.162	737.162	-

15. Despesas administrativas

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços técnicos e especializados	80.433	80.433	111.377
Despesas de processamento de dados	27.783	27.783	-
Total	108.216	108.216	111.377

16. Despesas tributárias

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	4.752	5.762	-
PIS	772	936	-
IOF	169	169	-
ISS	2	2	-
Total	5.695	6.869	-

17. Outras despesas operacionais

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento	-	6.871	-
Despesa mútuo entre partes relacionadas	1.320	1.320	-
Taxas e despesas bancárias	1.001	1.246	-
Outras	2.827	2.827	-
Total	5.148	12.264	-

18. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, informamos que nos exercícios de 2022 e 2021 não houve registro de resultados não recorrentes na RP SCD.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

19. Gerenciamento de riscos e de capital

A Gestão de Riscos no grupo RecargaPay é baseada na avaliação do: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A gestão de risco é realizada através de Políticas e procedimentos internos por meio da avaliação das exposições a riscos, tratamentos efetuados para mitigação e aos controles internos realizados pelas áreas responsáveis pelos processos com exposição a riscos. O grupo RecargaPay tem implementado um Comitê Executivo de Riscos, composto pela Alta Administração do Grupo para o monitoramento e decisões da gestão de riscos. Os mapeamentos e avaliações são realizados de forma contínua pela área de Riscos e Controles Internos e área de Riscos Financeiros. Nestas avaliações, destacam-se:

a) Risco Operacional

O grupo RecargaPay define o Risco Operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento de riscos operacionais visa a prevenção e minimização de erros e falhas na prestação de serviços pelo Grupo RecargaPay.

O monitoramento do Risco Operacional é realizado de forma contínua e integrada com as áreas de negócios e operacionais do grupo RecargaPay que incluem as possíveis falhas: a) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento; b) ocorrências de inadimplência referente aos recebíveis, produtos da operação e entre outros; c) falhas na identificação e autenticação do usuário final; d) falhas na autorização das transações de pagamento; e) fraudes internas; f) fraudes externas; g) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; h) processos judiciais de polo passivo; i) práticas inadequadas relativas a usuários finais (clientes), produtos e serviços gerais e de pagamento; j) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; k) ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da RecargaPay ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados; l) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação e m) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do grupo RecargaPay.

b) Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas à incapacidade de cumprimento do tomador em relação ao pagamento de suas obrigações financeiras contraídas, de acordo com os prazos e condições contratuais pré-estabelecidas.

Os procedimentos adotados pelo grupo RecargaPay para uma efetiva gestão do risco de crédito estão definidos na Política de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com o disposto pela Circular BCB nº 3.681/2013 e pela Resolução CMN nº 4.606/2017, que contempla estratégias claramente documentadas, mecanismos de mitigação de riscos e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela alta administração da instituição.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

O grupo RecargaPay, com o intuito de se proteger de perdas relacionadas à concessão de crédito, observa a classificação do cliente e a classificação da operação. Além disso, constitui uma provisão adicional à requerida pelo Bacen por uma metodologia interna.

c) Risco de Liquidez

É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Os procedimentos adotados pelo grupo RecargaPay estão descritos na Política de Gerenciamento de Riscos que define as diretrizes para a gestão efetiva do risco de liquidez, contemplando definição de processos, plano de contingência e atribuição de responsabilidades das áreas envolvidas.

O grupo RecargaPay utiliza instrumentos de controle de liquidez tais como as projeções dos fluxos financeiros, inclusive intradia, além de um caixa mínimo para controle de liquidez.

d) Gestão de Capital

O processo de gerenciamento de capital do grupo RecargaPay preza pelo contínuo monitoramento e controle de capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do grupo.

A RP SCD apura e mantém, permanentemente, o requerimento mínimo de patrimônio, que atualmente é de 17%, conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.606/2017. A RP SCD encerrou o exercício de 2022 com um índice de 286,19%, margem suficiente para acomodar as parcelas de riscos.

Para a RP SCD utilizamos metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

20. Outras informações

Em 25 de novembro de 2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução CMN nº 4.966, estabelecendo critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) a fim de reduzir assimetrias existentes entre o IFRS 19 e as atuais normas do regulador, como Resolução nº 2.682/99, Resolução nº 3.533/08, Circular nº 3.068/01, Circular nº 3.082/02, entre outras.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de novembro de 2021 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

Em reais, exceto quando indicado

A nova norma altera a maneira como os ativos financeiros são classificados, estabelecendo três categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). Do lado do passivo financeiro, não houve grandes mudanças nas categorias e prevalece ainda a classificação entre Custo Amortizado e Valor Justo.

A norma introduz também um novo conceito de modelo de perdas de crédito esperadas aplicável aos ativos financeiros. O modelo de perdas de crédito esperadas difere significativamente do modelo de perda incorrida da antiga Resolução nº 2.682/99, uma vez que não é mais necessário que um evento de perda ocorra para que o *impairment* seja reconhecido. Em outras palavras, não precisa mais haver um evento de perda para iniciar-se o seu reconhecimento.

Em relação a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a nova norma estabelece critérios para designação e reconhecimento contábil de relações de proteção. Até o momento a RP SCD não possui derivativos financeiros e não faz uso de contabilidade de *hedge*.

A RP SCD elaborou um plano para implementação da nova norma, aprovado internamente pela diretoria, com as ações que serão tomadas e processo que serão implementados, visando adequação dos processos contábeis da Companhia em relação à abordagem proposta pela Resolução CMN nº 4.966 a serem aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco Central do Brasil (BACEN) ainda emitirá normas complementares que irão abordar temas direcionados aos itens da resolução ora proposta, por isso, o plano inicial deverá ser revisitado e atualizado conforme novas normativas forem disponibilizadas.

A RP SCD está acompanhando o processo de adoção da norma e os impactos estimados da implementação desta regulação serão avaliados durante os anos de 2023 e 2024 sendo divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2024.
